

Programas e realidade

Como parte de sua estratégia eleitoral os partidos políticos brasileiros estão, aos poucos, produzindo "propostas" de governo que deixam muito a desejar. Para que qualquer programa tenha sucesso, isto é, para que resolva algum problema, não há dúvida de que é preciso, em primeiro lugar, identificá-lo corretamente; em segundo lugar, dizer como fazê-lo, sem deixar de especificar a origem dos recursos financeiros necessários para tal. No que se refere ao ensino básico, os programas apresentados até agora pelo Partido dos Trabalhadores — PT e pelo Partido da Social-Democracia do Brasil — PSDB não identificam corretamente o problema.

Ambos os autores dos planos elaborados para esses partidos aderem aos chavões usuais de que a taxa de analfabetismo é de quase 20%, chegando perto de 40% na Região Nordeste, e de que cerca de 15% de todas as crianças e adolescentes que estão em idade escolar não frequentam a escola.

Sucede que o acesso à educação fundamental já foi atingido no Brasil. Este, portanto, não é o problema, mas sim o de evitar a evasão escolar que ocorre porque os professores são mal pagos e mal preparados, e os alunos precisam trabalhar para ajudar a família. A alfabetização de adultos tem sido tentada com objetivos demagógicos e nunca teve êxito. O problema é evitar a evasão para que não se criem novos analfabetos no futuro.

Cerca de 95% das crianças de 7 a 14 anos têm hoje acesso à educação básica e os 5% que não têm esse acesso estão concentrados em bolsões de pobreza, principalmente no Nordeste rural. Tendo identificado o problema erradamente, as soluções propostas pelos partidos políticos resultam inadequadas.

A proposta do PT, por exemplo, é a de "contratar 500 mil professores, construir 1.200 escolas, pagar melhor os professores, investir na requalificação profissional e do material didático, isso tudo em conjunto com

Estados e municípios".

Propor a contratação de mais 500 mil professores é um consenso. Já existe um milhão deles e não faltam professores nas escolas primárias do País que já custam aos Estados e municípios cerca de US\$ 10 bilhões por ano. O governo federal não contrata nem paga professores primários.

É verdade que eles precisam ser mais bem pagos, mas como fazê-lo? Educação conso-

me cerca de 20% de todos os recursos públicos no Brasil, o que é uma porcentagem alta, mesmo em termos internacionais. De onde pretende o Partido dos Trabalhadores tirar recursos para que se torne possível contratar mais 500 mil professores, o que exigiria o que equivalente a cerca de US\$ 5 bilhões, sem falar na real necessidade de se promover os aumentos de salários?

Já o PSDB argumenta que o problema é que o que se gasta hoje é mal gasto. Este argumento não é totalmente convincente: cada aluno na escola primária custa US\$ 350 por ano ao poder público (União, Estados e municípios). Mesmo que haja desperdício com gastos administrativos, eles não podem ser muito elevados porque os professores já estão ganhando cerca de US\$ 400 por mês, em média, na maioria dos Estados brasileiros.

O PSDB vai mais adiante que o PT e tenta identificar novas fontes de recursos para cobrir os custos adicionais com a educação. Estes recursos seriam o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o salário-educação, a dívida ativa da União e os recursos da privatização das estatais. No entanto, todas estas fontes não são muito vultosas e estão seriamente comprometidas com outras prioridades, de modo que esta não é uma solução realista.

A solução para o ensino fundamental só pode ser encontrada na descentralização e passagem das responsabilidades aos municípios e à própria comunidade, reservando para a União apenas um papel supletivo. Esta é a dura realidade e não será qualquer medida demagógica que vai mudá-la.

A solução para os problemas do ensino fundamental está na sua descentralização